


A Política e Planificação Linguística na Integração de Imigrantes em Cabo Verde

Luis Felipe Martins Rodrigues*

 <https://orcid.org/0000-0002-5903-5609>

Resumo (português): Este artigo procura entender a realidade linguística de alguns imigrantes em Cabo Verde e avaliar a sua perceção sobre as políticas linguísticas do país, assumindo a sua possível importância como fator de integração na sociedade. Esta problemática é analisada sob o escopo teórico de Política e Planificação Linguística, particularmente da Planificação da Aprendizagem, dentro da qual apresentamos modelo de análise centrado na seguinte proposta de áreas de atuação: Oportunidade e Incentivo; Formas de ensino; Recursos; e Resultados. Para responder ao objetivo, foram entrevistados imigrantes residentes em Cabo Verde. Os resultados indicam que a diglossia existente no país se reflete nestes cidadãos, causando problemas linguísticos, culturais e sociais, cujo resultado mais visível reside na não efetiva integração dos imigrantes em Cabo Verde. Os dados sugerem, ainda, uma possível revisão do quadro teórico de análise para estudos desta natureza, por forma a enriquecer o campo de atuação desta área científica.

Palavras chaves: Política e Planificação Linguística; Imigração e Integração; Cabo Verde.

Política i Planifikason Linguístiku na integrason di Imigrántis na Káuberdi

Rizumu (caboeverdiano): Kel artigu li ta prokura intende rialidádi linguístiku di alguns imigranti na Káuberdi i avália ses perseson sobri polítikas linguístiku di pais, asumindu si posível inportánsia komu fator di integrason na sosiadádi. Kel prublemátika li ta analizádu di pontu di vista tióriku di Política i Planifikason Linguístiku, partikulármenti di Planifikason di Aprendizáji, undi nu ta aprizenta mudélu di análizi sentrádu na siginti prupósta di árias di atuason: Oportunidádi i insentivu; Fórmás di ensinu; Rikursus; i Rizultádu. Pa risponde kel obujetivu li, entrivistádu imigrántis rizidenti na Káuberdi. Rizultádu ta indika ma diglosiá izistenti na pais ta riflete na kes sidadon li, kuzádu prublemas linguístiku, kultural i sosial, di ki rizultádu más vizível ta rizidi na un integrason ka ifetivu di imigrántis na Káuberdi. Dádu ta sujiri, inda, un posível rivizon di kuádrú tióriku di análizi pa studus des naturéza, di fórma ki ta inrikise kánpú di atuason di kel ária sientífiku li.

Palábras-txábi: Política i Planifikason Linguístiku; Imigrason i Integrason; Káuberdi.

Language Policy and Planning in the Integration of Immigrants in Cape Verde

Abstract (English): This article seeks to understand the linguistic reality of some immigrants in Cape Verde and assess their perception of the country's language policies, assuming their possible importance as a factor of integration into society. This issue is analyzed under the theoretical scope of Language Policy and Planning, particularly Learning Planning, within which we present an analysis model centered on the following proposed areas of action: Opportunity and Incentive; Ways of Teaching; Resources; and Results. To meet the objective, immigrants residing in Cape Verde were interviewed. The results indicate that the existing diglossia in the country is

* Doutor em Rastreo de Línguas, Multilinguismo e Educação para a Cidadania Global, Professor da Universidade de Santiago, coordenador do Curso de Mestrado em Português como língua segunda, chefe de Departamento de Ciências de Educação, Filosofia e Letras, E-mail:

reflected in these citizens, causing linguistic, cultural and social problems, whose most visible result resides in the ineffective integration of immigrants in Cape Verde. The data also suggests a possible revision of the theoretical framework of analysis for studies of this nature, in order to enrich the field of action of this scientific area.

Keywords: Language Policy and Planning; Immigration and Integration; Cape Verde.

Introdução

Em entrevista, o treinador de futebol argentino, Marcelo Bielsa, depois de três anos em Inglaterra, pediu publicamente desculpas por ainda não dominar a língua inglesa. Tal facto, fez-nos refletir sobre a realidade dos imigrantes em Cabo Verde. Neste país, existe uma língua materna, a Língua Cabo Verdiana (LCV) e uma língua oficial, a Língua Portuguesa (LP). A LCV é a língua do quotidiano, utilizada nas situações informais. Por seu turno, a LP está quase arredada do dia-a-dia, circunscrita a momentos mais formais e à escrita (VEIGA, 2004). Como se posicionam os imigrantes que não têm nenhuma destas como Língua Materna? Seria possível ter um imigrante a desculpar-se por não aprender a língua oficial neste país? E em relação à língua materna?

Com efeito, a realidade sociolinguística deste arquipélago, colónia portuguesa até 1975, tem sido caracterizada como um exemplo de diglossia, ou seja, a coexistência de duas línguas, embora com estatutos bastante diferenciados (DUARTE, 2003; LOPES, 2016; VEIGA, 2004). Esta tensão linguística é comum nos países que estavam sob o jugo da colonização, com repercussões tremendas nos seus sistemas de ensino e, por extensão, nas suas sociedades (CALVET, 1974; GOMES, 2008; PONSO, 2011; RICENTO, 2010)

Em Cabo Verde, existe uma língua materna, a Língua Cabo Verdiana (LCV) e uma língua oficial, a Língua Portuguesa (LP). A LCV é a língua do quotidiano, utilizada em quase todas as situações informais. É a língua da cultura tradicional e é aquela em que o cabo-verdiano expressa os seus sentimentos e a sua individualidade. Por seu turno, a LP, apesar do seu estatuto mais elevado, está quase arredada do dia-a-dia da população. A sua utilização circunscreve-se a momentos mais formais, como cerimónias religiosas ou instituições, assim como nos *media* (VEIGA, 2004). Devido à não aceitação generalizada de uma grafia para a LCV, a Língua Portuguesa também domina os contextos de escrita (NEVES, 2018), ficando a língua materna, na sua forma escrita, reservada para utilização em textos literários e alguma publicidade (DELGADO, 2008; VEIGA, 2004), assim como nas redes sociais (NEVES, 2018).

Assim, pretendemos, neste estudo, conhecer a realidade linguística de alguns imigrantes em Cabo Verde e, sobretudo, avaliar a sua perceção sobre as políticas linguísticas para si direcionadas, como possível fator de integração na sociedade. Para tal, fizemos quatro entrevistas a imigrantes de diferentes idades, origens e estratos sociais. O quadro teórico em que o estudo assenta é a Política e Planificação Linguística, particularmente a Planificação da Aprendizagem, aspetos que abordaremos na primeira parte deste estudo. Depois, apresentaremos os procedimentos metodológicos e será feita a apresentação e discussão dos resultados.

1.As línguas podem ser planificadas? Política e Planificação Linguística

Uma das primeiras perguntas que os Planificadores Linguísticos colocavam a si mesmos era sobre a exequibilidade, de facto, de se planear a atividade linguística de uma comunidade (KAPLAN & BAULDAUF JR., 2003). Contudo, ainda bem antes da constituição de uma área científica, já a História registara inúmeras intervenções com esse exato fito (HORNBERGER, 2006). Reconhecendo, assim, esta atividade na esfera humana, o fundamental será tentar defini-la cientificamente, reconhecendo a sua nomenclatura, objetivos e esferas de ação.

Paulo Feytor Pinto definiu esta área científica como “o conjunto de tentativas explícitas e implícitas de regulação das práticas linguísticas de uma comunidade” (2010, p. 49). Para qualquer análise a estas atividades políticas e planificadas sobre as línguas, será necessário relembrar a questão, posta por Cooper: “Que *atores* tentam influenciar quais *comportamentos*, de que *pessoas*, para quais *fins*, sob quais *condições*, por que *meios*, e seguindo qual *processo de tomada de decisão*?¹” (1989, p. 98). São, portanto, muitos os fatores a ser alvo de análise, desde quem determina as políticas, a quem é influenciado por elas e em que áreas, às condições e aos meios disponíveis para atuar, até ao próprio processo de tomada de decisão.

A despeito deste mapeamento concetual, esta área científica encontra, ainda, algumas divergências em relação ao seu nome. Alguns autores preferem focar-se na terminologia “Política Linguística” (CALVET, 1996). Outros focam-se na nomenclatura de

¹ Tradução nossa. No original: “What *actors* attempt to influence what *behaviors*, of which *people*, for what *ends*, under what *conditions*, by what *means*, through what *decision-making process*?” (1989, p. 98).

“Planificação Linguística”. De forma sucinta, a política pode ser considerada como vertente mais teórica, “as leis, regulamentos, regras e pronunciamentos ou declarações de intenções”² (BALDAUF JR., 2012, p. 234), ao passo que a planificação consiste na aplicação de medidas concretas, “como os planos são postos em prática”³ (BALDAUF JR., 2012, p. 234).

Na nossa opinião, a separação entre estas duas componentes pode empobrecer o campo e limitar o papel do investigador. Não há ações concretas válidas sem uma política ou visão que as norteiem, que, por sua vez, sem a sua efetivação não conseguirão responder aos objetivos que pretendem atingir (HORNBERGER, 2006). Ao mesmo tempo, o académico tem tido uma posição cada vez mais atuante (MCCARTY, 2011), intrincando as duas visões, como investigado e decisor ou, pelo menos, influenciador.

Por esta razão, optamos pela terminologia de Política e Planificação Linguística. Como afirma Hornberger, “a verdade é que a designação PPL⁴ é útil, não apenas como lembrete do quão inextricavelmente relacionados estão a planificação e a política linguística (e em reconhecimento do importante papel de cada)”⁵ (2006, p. 25).

A Política e Planificação Linguística (PPL) atua em quatro vertentes fundamentais, ou quatro áreas, cada uma com o seu objeto e objetivos definidos, embora uma política linguística não se esgote, muitas vezes, numa só, pelo contrário (CALVET, 1996; COOPER, 1989; KAPLAN & BAULDAUF JR., 2003). Passaremos a apresentar cada uma delas, de forma sucinta, por ordem cronológica e, também por esse facto, por uma convencionada hierarquia de importância entre elas (HORNBERGER, 2006).

A Planificação do Estatuto é definida por Hornberger como “a atribuição de funções de línguas/letramentos em uma dada comunidade de fala”⁶ (2006, p. 28). No fundo, estas medidas têm por fito fundamental mudar as funções de uma língua na sociedade (FEYTOR PINTO, 2010) e as medidas podem passar pela Estandardização do seu Estatuto, através da Oficialização, Nacionalização ou Proscrição (KAPLAN & BAULDAUF

² Tradução nossa. No original: “the laws, regulations, rules and pronouncements or statements of intent” (BALDAUF JR., 2012, p. 234).

³ Tradução Nossa. No original: “how plans are put into practice” (BALDAUF JR., 2012, p. 234).

⁴ Sigla para “Política e Planificação Linguística”

⁵ Tradução nossa. No original: “[t]he truth is that the LPP designation is useful, not just as a reminder of how inextricably related language planning and language policy are (and in recognition of the important role of each)” (HORNBERGER, 2006, p. 25).

⁶ Tradução nossa. No original: “the allocation of functions of languages/literacies in a given speech community” (HORNBERGER, 2006, p. 28).

JR., 2003), assim como a sua Revitalização, Manutenção, Intercompreensão e Difusão (FEYTOR PINTO, 2010).

A Planificação do *Corpus* não pretende alterar os papéis sociais de uma língua, mas sim a sua forma (COOPER, 1989). Nas palavras de Feytor Pinto, esta vertente pode ser definida como “tentativas explícitas de regular a estrutura interna das línguas” (2010, p. 63). Os objetivos da PPL nesta área são fundamentalmente dois: a Codificação e a Elaboração. Os primeiros são de natureza estritamente linguística e os segundos já se prendem com a adaptação da forma às funções sociais da língua (HORNBERGER, 2006).

A Planificação da Aprendizagem foi introduzida na literatura por Robert L. Cooper, que, tal como vários outros autores se refere à mesma como Planificação da Aquisição. Neste trabalho, usamos a denominação avançada por Feytor Pinto, Planificação da Aprendizagem, que pode ser definida como o “conjunto de atividades organizadas para a aprendizagem de línguas e tem por objetivo aumentar a qualidade e a quantidade dos seus falantes” (FEYTOR PINTO, 2010, p. 68). Esta vertente assume tão grande importância neste trabalho que será tratada em secção própria.

Por fim, a Planificação do Prestígio, pode ser descrita como aquela que “trata das atividades de promoção das línguas em contextos formais de grande prestígio e visibilidade nacional e internacional” (FEYTOR PINTO, 2010, p. 75). Os seus objetivos passam, assim, pela promoção da língua, seja a nível governamental, institucional ou até individual, e pela sua intelectualização, associando essa língua a contextos de prestígio e formalidade elevados, seja nas áreas da ciência, da religião ou da alta cultura (HORNBERGER N. H., 2006; KAPLAN & BAULDAUF JR., 2003).

Historicamente, este é um campo científico recente, mas que tem passado por vários paradigmas epistemológicos, processos de análise e objetivos de atuação (HORNBERGER, 2006). Baldauf Jr. definiu quatro grandes períodos no percurso desta disciplina. A Abordagem Clássica, mais inicial e centrada na Planificação do Estatuto e do *Corpus*; a Abordagem de Gestão Linguística em que a Sociologia e Sociolinguística se aliavam às preocupações estritamente linguísticas; a Abordagem de Domínio, que defendia um alargamento das escalas de atuação da PPL à família, lugares públicos, escolas e lugares de trabalho e famílias; a Abordagem Crítica, como reação a práticas hegemónicas e mais centrada em como a gestão das línguas influencia relações de poder, colonização, ideologia e resistência. Os catalisadores das mudanças têm sido a

unidade de análise usada, o papel da perspectiva histórica na interpretação dos fenómenos, os critérios para avaliação dos planos e políticas e o papel do cientista (WEE, 2011).

Em Cabo Verde, esta discussão tem sido muito guiada pelo que a Constituição da República aborda sobre as línguas. A Constituição da República de Cabo Verde determina, desde a sua revisão de 1999, a existência de línguas oficiais em Cabo Verde, no seu Artigo 9º:

1. *É língua oficial o Português.*
2. *O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.*
3. *Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las. (Constituição da República de Cabo Verde, Artigo 9º).*

Este artigo tem provocado diferentes interpretações do estatuto das duas línguas. Em primeiro lugar, parece-nos claro que a única língua a gozar do estatuto de oficial é a língua portuguesa. O ponto 2 vem, isso sim, lançar a obrigatoriedade de ações políticas, administrativas e educativas que elevem a Língua Cabo-verdiana a esse estatuto. Nesta ótica, a pluralidade mencionada no ponto 3, através da referência às “línguas oficiais”, terá de ser interpretada como uma situação futura, a acontecer após o cumprimento do expresso no ponto anterior.

Segundo Veiga (2002), o motor por detrás do debate parlamentar que deu origem a este novo artigo da Constituição nacional era a valorização da LCV, contudo, essa discussão foi reveladora da “ambiguidade” (VEIGA, 2002, p. 39) existente em relação a esta questão. Com efeito, como vimos anteriormente, a LCV não adquire, completamente, a oficialidade estatutária e, por outro lado, o português vê a sua posição reforçada. Não só é a única a ser estatutariamente oficializada, como a expressão “em paridade” nos remete para a manutenção da LP e do seu estatuto. Ademais, qualquer revisão constitucional implica uma maioria qualificada na Assembleia Nacional. No sistema de quase exclusivo bipartidarismo que se vive em Cabo Verde atualmente, este tipo de maioria e qualquer mudança na Constituição está condicionada a um quase consenso político pouco habitual nas ilhas. Por fim, o ponto 2 deste mesmo artigo levanta muitas dúvidas em relação à operacionalização das medidas a tomar. Qual o horizonte temporal (VEIGA, 2002)? Quais os agentes envolvidos? Em que âmbitos se deve processar?

Contudo, Cooper (1989) define três tipos de oficialização: estatutária, de trabalho e simbólica. O Artigo 9º aludido acima, apenas configuraria a oficialização estatutária, expressa no corpo da lei. A Língua Cabo-verdiana é utilizada em contextos formais e oficiais de trabalho, como nas escolas, tribunais e na Assembleia Nacional, por exemplo, e, simbolicamente, está no centro da identidade cultural da nação (DUARTE, 2003; VEIGA, 2004). Defendemos que o verdadeiro problema com a oficialização da língua materna de Cabo Verde reside na falta de políticas e planificação em relação ao seu *Corpus*, pois não há ainda um uso generalizado do alfabeto para a sua escrita, que a leva a ficar fora do sistema educativo como Objeto de Ensino e comumente deslocada de ações de prestígio. A verdadeira oficialização da Língua Cabo-verdiana nascerá mais da existência de ações concertadas e concretas nestes níveis que apenas pela sua consagração como tal no texto da Lei.

2.0 que delineamos ao planificar a aprendizagem? Um esboço teórico da Planificação da Aprendizagem

Sendo uma das áreas de intervenção da PPL, a sua importância neste trabalho assume tal importância que optamos por a tratar separadamente. Apresentada por Cooper, ainda como “Acquisition Planning”, foi primeiramente definida como:

[q]uando o planeamento é direcionado para aumentar o uso de uma linguagem, ele se enquadra na rubrica de planeamento do estatuto. Mas, quando é direcionado para o aumento do número de usuários - falantes, escritores, ouvintes ou leitores - então uma categoria analítica separada para o foco do planeamento de linguagem parece justificada.⁷ (COOPER, 1989, p. 28)

Desta definição, ressaltamos o foco fundamental no aumentar do número de falantes de uma determinada língua, ideia corroborada por Hornberger, que também usa a terminologia “Acquisition Planning”, que define esta vertente como “esforços para influenciar a alocação de usuários ou a distribuição de línguas/letramentos, por meio da

⁷ Tradução nossa. No original: “[w]hen planning is directed towards increasing a language’s uses, it falls under the rubric of status planning. But, when it is directed toward increasing the number of users – speakers, writers, listeners, or readers – then a separate analytic category for the focus of language planning seems to me to be justified.” (COOPER, 1989, p. 28).

criação ou melhoria de oportunidade ou incentivo para aprender, ou ambos”⁸ (HORNBERGER, 2006, p. 28). Nesta definição, são apresentadas as medidas de oportunidade e incentivo à aquisição/aprendizagem de línguas.

De acordo com Paulo Feytor Pinto⁹, além da *quantidade* de falantes, a Planificação da Aprendizagem (termo utilizado pelo autor e que seguimos neste trabalho) deve preocupar-se, também, com a *qualidade* dos falantes e do seu domínio da língua (FEYTOR Pinto, 2010, itálico nosso). Desta forma, na nossa perspetiva, o ensino e aprendizagem de Língua Materna ou Língua Não Materna, em qualquer contexto, pode ser incluído como Planificação da Aprendizagem.

Os principais objetivos da Planificação da Aprendizagem são a reaquisição, a manutenção e a aprendizagem de Língua Não Materna (COOPER, 1989; FEYTOR PINTO, 2010; HORNBERGER, 2006). Estes voltados, sobretudo, para a quantidade de falantes. Feytor Pinto refere ainda a aprendizagem de novas competências, que nos remete para a qualidade dos falantes.

Tal como na evolução do próprio campo da PPL, ao longo do tempo, os novos desafios têm levado os planificadores e académicos a alargar as abordagens mais tradicionais, centradas nos grandes decisores políticos e abordagens *macro* e a privilegiar um maior número de atores (MCCARTY, 2011; SPOLSKY, 2008).

Ao mesmo tempo, é fundamental refletir sobre as áreas de atuação da PA, adentro do contexto escolar. Tomando os esquemas propostos por Kaplan & Baldauf Jr. (2003) e Feytor Pinto (2010), apresentamos o seguinte esquema conceptual, que norteará muitas das áreas de análise deste estudo. O mesmo está dividido em quatro grandes medidas: Oportunidade e Incentivo; Formas de ensino; Recursos; e Resultados.

Adentro de Oportunidade e Incentivo, encontramos as medidas de Acesso. Que línguas são estudadas e por quem? Que línguas podem ser Objeto e Veículo de Ensino? Nas medidas de Formas de Ensino, mais ligadas à Didática, podem ser objetos de análise a Estrutura Curricular, os Programas, as Metodologias de Ensino utilizadas e os Materiais Pedagógicos disponíveis. No que tange aos Recursos, o foco incide nos Professores e na sua formação contínua e inicial e no próprio financiamento do sistema. Por fim, em

⁸ Tradução nossa. No original: “efforts to influence the allocation of users or the distribution of languages/literacies, by means of creating or improving opportunity or incentive to learn, or both” (HORNBERGER, 2006, p. 28).

⁹ Definição já apresentada em secção anterior.

relação aos Resultados, o foco está na avaliação quer das aprendizagens, quer do próprio sistema de ensino. Este esquema teórico pode ser resumido na tabela abaixo:

Quadro 1: Medidas e Áreas de Intervenção da Planificação da Aprendizagem

Medidas	Áreas de Intervenção
Oportunidade e Incentivo	Acesso Condições de permanência e escolha.
Formas de Ensino	Estrutura Curricular Programas Metodologias de Ensino Materiais Pedagógicos
Recursos	Professores Formação Inicial e Contínua Financiamento
Resultados	Avaliação das Aprendizagens Avaliação do Sistema de Ensino

Fonte: Elaboração Própria

Focando-nos na aprendizagem, naturalmente, estamos a olhar, frequentemente, para o contexto escolar. Embora a tradição privilegie outras áreas de intervenção da PPL (HORNBERGER, 2006), acreditamos que o poder simbólico das instituições educativas e a forma como, de forma tão direta, pode afetar uma grande comunidade, leva-nos a defender o papel crucial da Planificação da Aprendizagem e a sua forte interligação com as outras vertentes (HORNBERGER, 2006; McCARTY, 2011).

3.Procedimentos Metodológicos

Para responder ao nosso objetivo, foram feitas 4 entrevistas abertas a imigrantes residentes em Cabo Verde. O perfil dos nossos entrevistados é apresentado na tabela abaixo.

Quadro nº2: Perfil dos entrevistados

	Entrevistado A	Entrevistado B	Entrevistado C	Entrevistado D
País de origem	Serra Leoa	Quênia	Senegal	China
Idade	26	33	57	32
Sexo	Fem.	Masc.	Masc.	Fem.
Anos a residir em Cabo Verde	2	4	22	10
Residência	Ilha do Sal	Praia	Tarrafal de Santiago	Assomada
Profissão	Cabeleireira	Professor Universitário	Professor de Francês no Ensino Secundário	Lojista
Habilitações Literárias	Secundário Completo	Mestrado	Mestrado	Secundário Incompleto

Fonte: Elaboração Própria

Todos os entrevistados imigraram de países cuja língua oficial não era nem a LP nem a LCV. Procurámos que o seu perfil fosse o mais diversificado possível, em termos de origem geográfica, tempo de estadia em Cabo Verde, residência e estatuto social. Assim, temos equilíbrio de género, com duas mulheres e dois homens, de países diferentes: três africanos e um asiático. Todos têm uma língua materna minoritária e o domínio da língua oficial dos seus países. Em termos de anos de residência em Cabo Verde, alternam entre os dois e vinte e dois anos, em diferentes contextos geográficos: três na ilha de Santiago, mas em três cidades diferentes (Entrevistados B, C e D) e um na ilha do Sal, embora tenha já residido em Santiago também. Em termos profissionais, temos dois entrevistados que trabalham como professores, ambos com grau de mestre

uma com secundário completo e outra por terminar, trabalhando como cabeleireira e lojista, respetivamente.

As entrevistas A e B foram feitas em Inglês e as C e D em Língua Cabo-verdiana. Todas as perguntas foram feitas de forma aberta com a liberdade de gerar outras questões a partir de afirmações dos entrevistados, de forma semiestruturada, e seguindo os quatro eixos descritos na secção anterior. As respostas foram gravadas e os dados foram analisados através de Análise de Conteúdos, seguindo as três fases definidas por Bardin (2002): 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

Por forma a conhecer a realidade linguística de alguns imigrantes em Cabo Verde e a sua importância na integração na sociedade, seguimos o esquema teórico já apresentado acima. Assim, através de perguntas abertas, procurámos conhecer as posições destes entrevistados em relação à Política e Planificação Linguística em Cabo Verde nos seguintes quesitos: Oportunidade e Incentivo; Formas de Ensino; Recursos; e Resultados, que guiarão a apresentação e discussão desta secção.

Oportunidade e Incentivo

Depois de conhecer o perfil dos entrevistados, procurámos saber quais as línguas de Cabo Verde que dominam, quais usam conforme os contextos e as razões fundamentais que os levaram a aprender, ou não, um destes idiomas. Todos os entrevistados revelaram alguma competência na Língua Cabo-verdiana (LCV) e menor domínio da Língua Portuguesa (LP), com dois deles (Entrevistados A e D) a afirmarem total incapacidade de comunicar na língua oficial. Em contextos familiares, todos usam a sua língua materna, exceto o entrevistado C, que constituiu família após a sua chegada. Para todos, a aprendizagem da LCV tem o objetivo fundamental de comunicar. Nas palavras do entrevistado B: “Precisei de a aprender para sobreviver.” A aprendizagem da LP surge apenas por razões profissionais, como é o caso dos professores, embora assumam que, apesar de não a dominarem, conseguem exercer a sua profissão sem grandes constrangimentos, através da ajuda de colegas.

Parece ficar claro que para os imigrantes, a língua de acolhimento e vivência em Cabo Verde é a LCV, alvo quer de oportunidade, quer de incentivo para a sua aquisição. A língua oficial, neste sentido, aparece como secundarizada, mesmo em funções profissionais em que se adivinharia um papel fundamental da Língua Oficial.

Formas de ensino

Neste eixo, procurámos, em primeiro lugar, saber se os nossos entrevistados tinham tido ensino em contexto formal de LP ou de LCV. Apenas o entrevistado C afirmou ter tido esta oportunidade. Quer em LP, quer em LCV, colegas professores ofereceram-se para, gratuitamente, lhe darem alguma formação. As aulas de LCV decorreram de forma informal, seguindo abordagem comunicacional, centrada na oralidade e vocabulário, sem currículo definido; as de LP, usando materiais das escolas públicas do país, seguiram abordagem mais tradicional, centrada no ensino de gramática. Embora se trate de experiência particular, reflete as concepções existentes do ensino destas línguas em Cabo Verde (DUARTE, 2003; LOPES, 2016).

Apesar disso, todos referiram o desejo de poder ter aulas de LP. Neste caso, a língua oficial foi preferida por ser a que menos dominam e por ser a de “mais difícil” (Entrevistada A) aprendizagem. O entrevistado B ressaltou que, para a aprendizagem da LCV, a sociedade já lhe oferece imensos recursos e oportunidades. Ao contrário da LP, que “nunca” (Entrevistado C) têm oportunidade de praticar.

Estas poucas experiências apresentadas revelam que a LP é vista como língua de ciência e o seu ensino, apesar de tudo, possui metodologias e materiais próprios. A aquisição da LCV é feita informalmente, dependendo da motivação e capacidade individual de cada um, como manifesta o entrevistado B, que refere ter recorrido às letras de canções em LCV para aprender a língua.

Do nosso ponto de vista, estas posições confirmam a pouca oportunidade dada para aprendizagem formal de línguas e a valorização que, ainda assim, a LP tem, como objeto de ensino, fator fundamental para o estatuto de uma língua (FEYTOR PINTO, 2010; SPOLSKY, 2008).

Recursos

Como dissemos, apenas o entrevistado C recebeu formação nas línguas maioritárias de Cabo Verde, pelo que é o único que nos pode dar informações sobre este aspecto. Segundo a Entrevistada A, há professores cabo-verdianos que oferecem aulas a preços acessíveis de LCV e o entrevistado C referiu ter conhecimento de uma iniciativa promovida por associação de senegaleses residentes na sua cidade há alguns anos, mas sem se recordar sequer de qual a língua ensinada.

A informalidade e particularidade da sua experiência, aliada ao facto de que apenas dois outros mostraram conhecimento de ofertas pontuais de aula ou quaisquer outras medidas deste âmbito, revelam a pouca oferta e disponibilidade de recursos existentes, lançando já, também, pistas para o próximo nível de análise.

Resultados

Neste último quesito, tentámos saber se os entrevistados reconhecem a existência de uma política de língua voltada para os imigrantes em Cabo Verde e como avaliam os efeitos da mesma na sua integração. Sem exceção, todos afirmam desconhecer qualquer política definida, seja por entidades governamentais, ou por outras instituições a atuar no país.

Segundo todos eles, a integração de imigrantes é seriamente dificultada por esta ausência de PPL, ao nível pessoal, mas, sobretudo, em termos profissionais. O entrevistado B refere, inclusivamente, ter passado por período de depressão aquando da sua chegada ao país, pela dificuldade em comunicar e poder interagir na sociedade. Os restantes enfatizam a existência de comunidades dos seus países de origem que os receberam, nas quais, naturalmente, a questão linguística não se configurou como barreira. Todos reconhecem que as profissões mais qualificadas exigem domínio da língua oficial, o que se configura, na ausência de PPL definida, um entrave à ascensão social dos imigrantes.

Conclusões

Ao pedir desculpas por não dominar a Língua Inglesa, Marcelo Bielsa estava, sobretudo, a enaltecer a importância e centralidade da língua oficial no país onde residia. No contexto diglótico de Cabo Verde (DUARTE, 2003) e de indefinição em relação às políticas linguísticas para o país (VEIGA, 2004), os imigrantes refletem estas mesmas condições, com consequências linguísticas, sociais e pessoais.

A LCV surge como a língua quotidiana e imediata do país e que se adquire quase naturalmente. A LP acaba por ser secundarizada, numa primeira fase, por não ser língua de comunicação. Contudo, por ser a língua oficial, o seu domínio acaba por ser considerado essencial como fator de ascensão social (VEIGA, 2004).

A inexistência de uma PPL definida e concreta em relação aos imigrantes acaba por cristalizar esta situação, havendo pouca ou nenhuma oportunidade e incentivo para a aprendizagem das línguas de Cabo Verde, dificultando a efetiva integração destes cidadãos. Esta realidade leva a dificuldades pessoais e sociais de integração e assunção de uma cidadania plena, com direitos e deveres que deveriam ser autoevidentes, mas que não se materializam como tal.

Do ponto de vista teórico, o esquema de análise usado, centrando-se mais na aprendizagem formal das línguas, revelou-se insuficiente para abarcar o fenómeno holisticamente. Um modelo que possa incorporar uma visão integrada de teorias de aquisição de L2 ou LE poderá trazer dados mais completos, numa área que, a nosso ver, poderá ser mais explorada e trazer soluções a um problema linguístico, sim, mas com grandes implicações sociais e culturais.

Referências

- Baldauf Jr., R. B. (2012, Abril/Junho). Introduction - Language Planning: where have we been? Where might we be going? *Revista brasileira de linguística aplicada*, vol.12 nº2, p. 233-248.
- Bardin, L. (2002). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Calvet, L.-J.(1974). *Linguistique et colonialisme*. Paris: Payot.
- Calvet, L.-J. (1996). *Les politiques linguistiques*. Paris: Presses Universitaires de France.

Luis Felipe Martins Rodrigues, A Política e Planificação Linguística na Integração de Imigrantes em Cabo Verde...

Cabo Verde. *Constituição da República de Cabo Verde*, (1999). Praia: Assembleia da República.

Cooper, R. L. (1989). *Language planning and social change*. Avon: Cambridge University Press.

Delgado, C. A. (2008). *Crioulo de Cabo Verde: situação linguística da zona do Barlavento*. Praia: Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro.

Duarte, D. A. (2003). *Bilinguismo ou Diglossia?* Mindelo: Spleen Edições.

Feytor Pinto, P. (2010). *O essencial sobre política de língua*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Gomes, M. A. (2008). *Papia, lé y skrebe na skóla kauberdianu: a emergência de práticas identitárias*. 596 páginas. Lisboa: Dissertação apresentada à Universidade Aberta para a obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação.

Hornberger, N. H. (2006). Frameworks and Models in Language Policy and Planning. In T. Ricento (Ed.), *An introduction to language policy: theory and method*. Oxford: Blackwell, p. 24-41.

Kaplan, R. B., & Bauldauf Jr., R. B. (2003). *Language and Language-in Education Planning in the Pacific Basin*. Dordrecht: Springer.

Lopes, A. M. (2016). *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*. Praia: Edições Uni-CV.

McCarty, T. L. (2011). *Ethnography and Language Policy*. New York: Routledge.

Neves, A. C. (2018). Portuguese as an Additional Language: Domains Use among Young Learners. In M. Siiner, F. M. Hult, & T. Kupisch. *Language Policy and Language Acquisition PLanning*. Cham: Springer, p. 95 - 108.

Ponso, L. C. (2011). Políticas linguísticas atuais em Angola e Moçambique: o modelo monolinguista do Estado nacional europeu X o modelo plurilíngue das nações africanas. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Ricento, T. (2010). Language Policy and Globalization. In: Coupland, N. (Ed.), *The Handbook of Language and Globalization*. Oxford: Blackwell, p. 123-141.

Spolsky, B. (2008). Language Policy in Education: Practices, Ideology, and Management. In T. L. McCarty, & S. May, *Language policy and political issues in education*. Cham: Springer. p. 3 – 16.

Luis Feliipe Martins Rodrigues, A Política e Planificação Linguística na Integração de Imigrantes em Cabo Verde...

Veiga, M. (2002). *O caboverdiano em 45 lições*. Praia: INIC.

Veiga, M. (2004). *A Construção do Bilinguismo*. Mindelo: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Wee, L. (2011). Language policy and planning. In J. Simpson (Eds.), *The Routledge Handbook of Applied Linguistics*. Abingdon: Routledge. p. 11-23.

Recebido em: 21/05/2021

Aceito em: 30/08/2021

Para citar este texto (ABNT): RODRIGUES, Luis Feliipe Martins. A Política e Planificação Linguística na Integração de Imigrantes em Cabo Verde. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 2, p.115-130, jul./dez.2021.

Para citar este texto (APA): Rodrigues, Luis Feliipe Martins. A Política e Planificação Linguística na Integração de Imigrantes em Cabo Verde. (2021, jul./dez.). Papel di lingu(a) kriol na Guiné-Bissau. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1(2): 115-130.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>